

2006. O sustentado desemprego dos Arquitectos, Semanário, 20/01/06

Coordenador da Licenciatura e do Mestrado em Urbanismo da Universidade Lusófona Professor Doutor Mário C. Moutinho

O sustentado esvaziamento da profissão traduz-se no simples facto, que licenciar-se em Arquitectura, actualmente significa apenas, desemprego e frustração.

Estão 13.000 Arquitectos inscritos na Ordem e 9000 estudantes nas universidades, quase prontos para integrarem o mercado do desemprego e ainda muitos jovens diplomados, que já nem sequer se inscrevem, por falta de recursos financeiros, naquela que deveria ser a sua organização profissional.

Claro que quanto mais Arquitectos se formarem, mais degradado estará o mercado de trabalho, para satisfação dos gabinetes de Engenharia e de Arquitectura, com a inevitabilidade das políticas de baixos salários como na industria do calçado ou da instabilidade do emprego, como nas multinacionais quando vão poisar noutros territórios. Cada vez mais os arquitectos trabalham por 4 ou 5 Euros à hora, fazem intermináveis estágios não remunerados ou chegam a pagar para poder entrar em gabinetes privados, em busca de uma hipotética experiência que não irá além daquilo que se pede a um desenhador !!!

E no entanto, famílias e jovens durante anos alimentaram sonhos e penúrias que se esgotam no confronto com a triste realidade do dia a dia, apenas mistificada pelo sucesso de alguns (poucos) Sizas ou dos Frank Gehry...

Como é possível que nem a Ordem dos Arquitectos, nem os sucessivos Ministérios da Educação, nem os Conselhos de Reitores das Universidades Subsidiadas (CRU(S)P) nem o seu equivalente das auto-financiadas (APESP-AF), se libertem do atrofiamto com que têm acompanhado o esvaziamento desta área profissional? Não sabemos a resposta, mas uma coisa é certa: cada entidade trabalha por conta própria à revelia do mais elementar sentido de responsabilidade social.

Clama a Ordem que a arquitectura deve ser dada aos arquitectos, mas abre as portas do Colégio dos Arquitectos/Urbanistas sem na verdade seguir qualquer critério de responsabilidade social e nas margens da deontologia profissional.

Em vez do Colégio ser um incentivo para mais formação, mais qualidade através da obtenção de graus académicos de Mestrado e Doutoramento na especialidade de Urbanismo, ou de 2º e 3º Ciclo na terminologia da Declaração de Bolonha, a OA opta pela massificação onde todos podem ser tudo, já que o funil é tão grande que por lá tudo passa. Existem mesmo em Portugal cursos ditos de Arquitectura/Urbanismo de modo a vender dois em um !!!!, Ou como na FA/UTL cursos de Arquitectura de Gestão Urbanística ou de Arquitectura do Planeamento Urbano e Territorial, para angariar mais alunos e mais subsídios do Ministério !!!

Diz-se no recém-publicado “Dicionário de Urbanismo” de Celson Ferrari que a profissão de Urbanista “tende, nos países desenvolvidos, a ganhar autonomia, separando-se das de suas origens: arquitecto, engenheiro, economista, geógrafo, sociólogo etc. Mas em Portugal nem tendemos, nem somos... e no entanto faltam em Portugal pelo menos 3000 Urbanistas devidamente qualificados para enfrentar as enormes tarefas do Urbanismo e do Ordenamento do Território que tardam em ver um rumo certo, ou sequer um simples rumo.

Mais grave ainda. A OA baseou-se na Directiva europeia 85/384/CEE, para criar o referido Colégio pois aí se menciona que a formação do Arquitecto para lá do que lhe é específico, deve complementarmente assegurar também **conhecimentos adequados** em matéria de urbanismo, de concepção estrutural, de construção e de engenharia civil relacionados com a concepção dos edifícios e conhecimentos no domínio da legislação.

Desta forma é fácil imaginar que a curto ou médio prazo, possam ser organizados Colégios para os Arquitectos Juristas, ou para os Arquitectos Engenheiros onde estarão inscritos aqueles que o desejarem.

Difícil será então destrinçar a OA de uma qualquer “Feira de Ilusões” à maneira de Fellini !!!!

E se para ser Arquitecto Urbanista basta ter alguma experiência na Função Pública, eventualmente a aprovar o caos urbanístico dos loteamentos ou “praticando” em qualquer outro lugar, não se vê razão, para que os desenhadores não tenham acesso à OA de pleno direito, pois não será por não terem formação universitária, que deixarão de poder fazer prova de muitos anos, de muita prática.

Tudo indica que estamos em presença de mais um acto de carácter corporativo para tentar acalmar o desespero da crescente maioria (real) de desempregados que tem entre os seus membros.

Não seria sensato reconhecer e daí retirar as ilações necessárias como fez a Assembleia da Republica em Plenário (facto histórico na Política Portuguesa) manifestando por **unanimidade** (09/12/04) a necessidade de regulamentar a profissão de Urbanista à luz das orientações europeias sobre a questão (formação, competências e deontologia), por urgência e necessidade de dotar o País de quadros Urbanistas devidamente qualificados. Quadros qualificados para enfrentarem os desafios do Ordenamento do Território e do Urbanismo, que decorrem do caos em que o País mergulhou desde há trinta anos e para o qual, os perfis profissionais existentes (Arquitectos, Engenheiros e não só), não souberam encontrar soluções e pelo contrário, são em grade medida os primeiros responsáveis.

Era bom que a Ordem dos Arquitectos ajudasse a solucionar problemas e deixasse de ser, parte desses mesmos problemas.